

# A TERRITORIALIZAÇÃO NO ESMERALDA E PARQUE DOS IPÊS

THE TERRITORIALIZATION IN ESMERALDA AND IPÊS PARK

Karen Alessandra Solek Soares<sup>1</sup>

SOARES, K. A. S. A territorialização no esmeralda e parque dos Ipês. *Akrópolis* Umuarama, v. 21, n. 1, p. 31-41, jan./jun. 2013.

**RESUMO:** Este artigo tem como objeto de estudo as relações entre sociedade-espaço em áreas de loteamentos providos do incentivo Federal do Programa *Minha Casa, Minha Vida - MCMV* na cidade de Cascavel, Paraná. A análise se dá com o objetivo de identificar a disputa pela identidade territorial de seus usuários, apesar das situações de dificuldade na infraestrutura encontradas pelos moradores recém-instalados e dos esforços dos cortes de seleção que o programa estabelece. No primeiro momento, são abordados conceitos teóricos que estruturam a argumentação do artigo sobre os agentes formadores do espaço. No segundo, apresentam-se os dados referentes aos loteamentos estudados e pesquisa junto aos beneficiários ali instalados. As conclusões apontam para uma resignificação ainda em conformação sobre o espaço urbanizado – a territorialização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Território; Fronteira; Migração; Espaço urbanizado; Gestão.

<sup>1</sup>Graduação em Arquiteta e Urbanista (UFPR) e Artes Plásticas (FAP), com especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho (UFPR); Fundamentos da Educação (Unioeste); Marketing propaganda e Vendas (UNIVEL); Mídias integradas à educação (UFPR) VÍNCULO: Cargo Professora horista, em regime especial contratada do curso de Arquitetura e Urbanismo, Campus Cascavel-PR  
E-mail: karensolek@yahoo.com.br

**ABSTRACT:** The major purpose of this study is to analyze the relations between society-space in the areas of housing projects from an impulse of the Federal Government of Program *Minha Casa, Minha Vida - MCMV* in Cascavel, Paraná. The study is aimed at identifying the territorial dispute over the identity of its users, despite the difficult situations encountered by residents in infrastructure recently installed and the efforts of the team that cuts down the program. At first addressed, are theoretical concepts that structure the argument of the article on the formers space. In the second stage, presents the data relating to the studied allotments and survey of beneficiaries installed there. The conclusions point to a redefinition still in conformation about the urbanized space - the territorialization.

**KEYWORDS:** Territory; Frontier; Migration; Urbanized space; Management.

Recebido em Junho de 2013

Aceito em Setembro de 2013

## IMPLICAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A cidade constitui-se dinamicamente, mas não de forma autônoma. A definição do uso e ocupação do solo urbano das cidades é normalmente obtida por uma série de instrumentos políticos de gestão territorial (Estatuto das cidades, Plano Diretor, leis de Uso e Ocupação do Solo, Plano de Habitação, etc), que envolve a competência de várias esferas de regulamentação sobre a aprovação e implantação de um empreendimento sobre esta malha urbana. Não só isto, segundo Raffestin (*apud* BORDO, *et al.*, 2004, p. 2), o território se forma a partir do espaço geográfico, mas a construção do território se revela marcada por relações de poder que conformam a sua ordem. Contudo, os gestores do poder não são isentos de interesses, forçando a prevalência ideológica lateral, historicamente constituída.

Haesbaert expõe que a conformação do território só se dá “[...] quando suas fronteiras são utilizadas por alguma autoridade, para moldar, influenciar ou controlar essas atividades. Vendo a territorialidade sobretudo como uma estratégia, o território pode ser utilizado para conter, restringir ou excluir pessoas, objetos de relacionamentos” (HAESBAERT, *sd*, p.36).

Todo o cenário de influências provenientes das relações de poder representa o primeiro vislumbre ideológico sob a perspectiva simbólica da gestão territorial do espaço físico da cidade em sua dimensão político-administrativa: a organizadora do território que, em vários níveis, tenta manter estrategicamente cada coisa em seu lugar, e por isto fragmenta-a em limites e fronteiras. Metaforicamente: “É como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais” (ROLNIK, 2010, *s/n.*), remontando questões de segregação espacial, com relação ao movimento de separação das classes sociais com as funções na cidade, bem como o processo de estranheza nos casos de migração dentro da mesma.

O pertencimento ou não do sujeito a estes territórios é uma relação social entre identidade e diferença, dicotomia esta ditada e imposta nas relações de poder e disputa “...dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais” (SILVA *et al.*, 2000, p.81).

Dentro dessas discussões Rolnik (2008) comenta as decisões intencionalmente aplicadas sobre programas habitacionais: “[...] se trata de uma política de moradia e não de cidade [...], quando os governos tentam resolver os problemas de déficit habitacional, desconsiderando a cidade já construída como ponto fundamental de enlace dos moradores com as possibilidades de serviços urbanos (comércio, saúde, lazer, transporte). É justamente a segregação espacial urbana das funções no espaço urbano que se estabelece” (ROLNIK, 2008). Apesar dos vários instrumentos de gestão territorial, a falta de visão do *todo urbano* ainda compele as disputas e a segregação do espaço, priorizando um atendimento lateral, como aos interesses do mercado.

Rolnik evidencia em seu discurso a crença nas possibilidades do planejamento de superar conflitos e o controle do processo de produção coerente das cidades pelos gestores públicos *evoluídos*. Antes, Lefebvre (2001) levanta a discussão da ingenuidade e perigos provindos da expectativa de racionalidade planificadora e isonomia nas gestões urbanas do homem nascido da produção industrial. Anuncia ainda a morte deste *homem novo* engajado ao bem social ou a inexistência dele, revendo um posicionamento do início do século XX, tempo em que a *Carta de Atenas* prega que a racionalidade aplicada no zoneamento, densidade urbana e mobilidade, sanariam as mazelas das cidades, salvaguardando o homem física e moralmente (IPHAN, 1933).

A proposta racional menospreza que a composição da cidade não é isenta de interesses. Mesmo considerando as justificativas de “[...] interesse social de regulação do uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo [...]” (PINHEIRO, 2001, p.60), usual das legislações atuais, percebe-se o quanto elas são impregnadas de ideologia.

Além das heranças histórico-estruturais herdadas dos colonizadores e até certo ponto ainda reproduzidas, também as forças políticas/ideológicas, que são parte da consolidação e formação das cidades do Brasil, não casualmente, são fruto de um grupo social diretamente envolvido na acumulação do capital. Constata-se aqui que a dimensão política da ocupação do espaço urbano, apresenta um segundo motivo, ou seja, a sua dependência da dimensão econômica, a qual acarreta a segregação de valoração deste mesmo espaço definido pela lógica capitalista,

favorecendo a acumulação de capital nas mãos dos seus detentores, que também influenciam a ação do Estado para beneficiar a maximização da rentabilidade e retorno de investimentos.

A política econômica interfere na forma de organização da cidade (território como função do Estado) servindo de legitimação das relações capitalistas de produção, como por exemplo: na escolha das áreas a serem ocupadas e adensadas por habitações populares e as que sofrerão especulação, permanecendo intocadas, apesar de sua boa localização. A lógica de ocupação se define facilmente mensurável para a valoração (ROLNIK, 2010, p.54).

Mas, é forçoso acreditar unicamente num *poder absoluto das vontades das gestões* do Estado, tanto para o fornecimento de serviços, no controle da cidade por meio do parcelamento do solo e conseqüente domínio dos espaços urbanos. Desconsidera-se assim os embates sociais dos diversos segmentos e a luta por sobrevivência dos excluídos do processo do mercado, pois a produção da cidade, em si, envolve interesses diversos, sendo o resultado de seus embates e jogos de poder, a conformação urbana (GOTTDIENER, 1997). O poder é intrínseco às relações sociais, sejam elas quais forem, conceito sem o qual não se tem a definição de território (RAFFESTIN *apud* BORDO, *et all*, 2004, p. 3). Como o comentado por Corrêa (2005):

A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, diversificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, realocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coerciva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade (CORRÊA, 2005, p.11).

Sobre a abordagem das gestões públicas na área habitacional Abiko (*apud* LARCHER, 2005, p.9) conceitua que “a habitação popular não deve ser entendida meramente como um produto e sim como um processo, com uma dimensão física, mas também como resultado de um processo complexo de produção com determinantes políticos, sociais, econômicos, jurídicos, ecológicos, tecnológicos”. Isto é, não deve estar restrita ao cumprimento das funções habitacionais e deve ser entendido, como relata o autor, de forma abrangente: voltada à população

de baixa renda; à solução das dificuldades de acesso aos financiamentos dos programas oficiais e a deficiência na implantação das políticas habitacionais, além da dependência de fatores sociais (*apud* LARCHER, 2005, p.8).

A reorganização espacial pode provir tanto de forma forçada pelos movimentos sociais, quanto consentida nas relações de interesses entre os agentes produtores ou consumidores do espaço, mesmo porque os mesmos motivos que engendram as normas e práticas sociais de acumulação, a detenção do capital e sua reprodução, são as mesmas que forçam a estrutura social a um escape ilegal (ocupações irregulares ou clandestinas) para as questões de conformação urbana (a chamada crise estrutural). Corrêa (2005) salienta que a atuação de cada agente é definida e regulada dentro de um marco jurídico, e este marco não é neutro, pois reflete o interesse dominante de um dos agentes, mesmo no que se refere à permissão de transgressões de acordo com os interesses do agente (político) dominante (CORRÊA, 2005, p.12).

Quanto aos produtores do espaço urbano, Corrêa (2005, p.12) aponta os agentes sociais da cidade como sendo: a) os proprietários dos meios de produção – industriais; b) os proprietários fundiários; c) os proprietários imobiliários; d) o Estado (Municipal, Estadual e Federal); e) os grupos sociais excluídos. Os interesses de cada agente geram forças de influência sobre o espaço urbanizado, como por exemplo, exerce influência no valor da terra urbanizada.

O Estado capitalista em suas esferas e como agente na organização espacial da cidade tem atuação complexa e variável tanto ao longo do tempo como no espaço, dependente da dinâmica da sociedade da qual é constituinte. Abrange, além da organização direta do espaço urbano nas definições do uso do solo (imobiliário), a natureza de outras atividades que envolvem os interesses econômicos do Mercado (industriais, proprietários fundiários e imobiliários), bem como as provindas das reivindicações de movimentos sociais (excluídos) (CORRÊA, 2005, p.24). Contudo, a atuação mais corrente, esperada e cobrada do Estado pela população em geral está na implantação de serviços públicos e de infraestrutura (redes físicas de água, esgoto, calçamento, sistema viário, iluminação, equipamentos urbanos, coleta de lixo, etc.), ou seja, ligada a questões urbanas de consumo coletivo e essenciais para a reprodução da for-

ça de trabalho que constituem a base da vida cotidiana de todos os grupos sociais: habitação, educação, saúde, cultura, comércio, transporte, etc (CASTELLS *apud* GOTTDIENER, 1997, p.124). Ainda: “E é decorrente de seu desempenho espacialmente desigual enquanto provedor de serviços públicos, especialmente aqueles que servem à população [consumo coletivo], que o Estado se torna alvo de certas reivindicações de segmentos da população urbana” (CORRÊA, 2005, p.25).

Na sociedade de classes verifica-se diferenças de acesso aos bens e serviços conforme as diferenças sociais, sendo a habitação um dos que mantém um acesso seletivo, entre outros correlatos como: o baixo nível de escolaridade, o desemprego, a má-remuneração etc. A parcela da população excluída por estas situações forçam as taxas de adensamento intradomiciliar e coabitação, as soluções de autoconstrução e formação de conjuntos habitacionais para baixa renda. Mesmo assim, nenhuma destas situações transforma a população de excluídos em agentes modeladores do espaço urbano. Corrêa (2005) elucida que:

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência (CORRÊA, 2005, p.30).

A análise sobre o espaço e a propriedade da terra no meio capitalista sempre é conturbada e repleta de contradições e conflitos de interesses. Claro que o simples estabelecimento de novas formas de propriedade da terra e a redefinição dos direitos de propriedade não significa o fim dos problemas habitacionais da classe com menor poder aquisitivo. Outro fato improvável é ainda contar com um rompimento, sem precedentes, com o passado da classe, na proposição de se elevar a posição social de um sujeito pela simples posse da casa própria (GOTTDIENER, 1997).

Gottdiener (1997) aponta que os indivíduos proprietários de imóveis não assumem uma nova classe social, somente pela aquisição da propriedade, mas define uma faixa de status

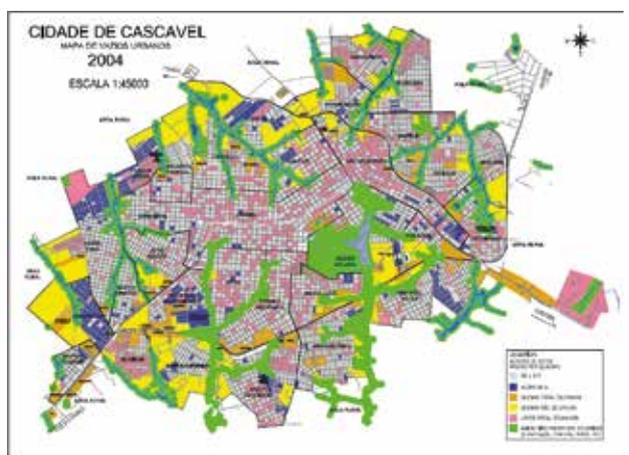
dentro de um mesmo grupo econômico. O status de proprietário pode vir a fortalecer as disputas políticas locais, não só pelo motivo da propriedade, mas o seu ativismo e seu interesse na reivindicação de melhorias vinculada à propriedade frente aos gestores do espaço, estão ligados à flexibilidade do proprietário de ficar ou não no local (incapacidade de venda ou de se mudar para outro local). Quanto mais fluida a ação do mercado sobre o valor de troca da propriedade, mais diminui o ativismo do proprietário em sua permanência na área. E pode-se afirmar que a intervenção do Estado sobre o espaço urbanizado torna sempre o valor de troca mais fluido, pois afeta os múltiplos interesses habitacionais (GOTTDIENER, 1997).

Ainda, “[...] os interesses que decorrem da posse da casa própria emergem por diversas razões, e são refreados por vários contextos institucionais. Alguns deles estão vinculados à acumulação de capital, enquanto outros estão ligados mais firmemente ao processo de consumo” (GOTTDIENER, 1997, p.170). Gottdiener (1997) aponta que o interesse de ser proprietário de um imóvel pode estar relacionado no sentido de valor de troca, tanto para manter investimentos, quanto ao status de consumo que atinge o proprietário (o que aparenta poder ter). Mas não só isto, também as considerações de valores de uso podem estar relacionadas há bases não econômicas, ou subjetivas, diferentemente dos valores de troca, como: “[...] laços étnicos e de parentesco, proximidade geográfica, associações voluntárias, conexões políticas compartilhadas – têm muito mais a ver com formas de participação política do que a classe” (GOTTDIENER, 1997, p.172). A análise das relações dos valores de troca com os de uso são ponto pacífico na consideração de fluidez na permanência dos beneficiários nos empreendimentos habitacionais.

Baseado nestes princípios, a seguir apresenta-se uma análise das relações sociedade-espaço verificada nas intencionalidades provindas dos agentes modeladores do espaço (Estado e Mercado), e a construção do espaço simbólico e ideológico que se moldaram no tempo de sete meses imediatamente após a posse e estabelecimento das residências dos novos loteamentos Esmeralda e o Parque dos Ipês, executados pela Prefeitura Municipal de Cascavel, com subsídios do Programa Federal MCMV, entregue no final do ano de 2011.

## A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Em análise à consolidação da malha urbana da cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, o estudo diagnóstico para a feitura do Plano Diretor pelo próprio Município, no ano de 2004, identifica inúmeros vazios urbanos e áreas pouco adensadas em sua malha urbana (Figura 1). A partir de levantamentos prévios como este é desenvolvido diretrizes na Lei Complementar nº 28/2006 que dispõe sobre o Plano Diretor de Cascavel para a ocupação dentro de Macro Zonas de Estruturação e Adensamento, identificadas como Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, que indica as áreas propícias para ser receptora, por exemplo, da implantação de novos loteamentos habitacionais,



**Figura 1:** Mapa de vazios urbanos  
Fonte: Prefeitura Municipal de Cascavel, 2004.

O mapa de vazios urbanos indica as áreas na cor rosa com os lotes totalmente ocupados por edificações, não restando lotes vagos nestas áreas. As áreas em marrom são consideradas como Glebas totalmente ocupadas. Contudo, nestas identificações o levantamento não entra na discussão de quantificação de adensamento em relação ao uso do solo vigente, ou seja, a relação edificação e detalhamentos de potencial construtivo não utilizado dentro da especificidade do zoneamento, como no caso de uma edificação térrea em uma área que poderia ser construído até oito pavimentos. As áreas em cinza (média ocupação – até 25% não ocupada) indicam as quadras com um até cinco lotes vagos e as áreas em azul (baixa ocupação – acima de 30% não ocupadas) possuem quadras com lotes vagos acima de seis unidades, levando-se em consideração que a média de lotes em cada

quadra é aproximadamente vinte. As áreas em amarelo (sem ocupação) representam as glebas não ocupadas por edificações e as em verde, são as áreas que não devem ser ocupadas, pois representam áreas de preservação ambiental permanente, ao redor de nascentes e ao longo de córregos e rios. O círculo em vermelho representa indica o local na cidade de duas áreas próximas, na mesma região oeste da cidade de Cascavel, que foram escolhidas para a implantação dos loteamentos Esmeralda e Parque dos Ipês no ano de 2010 com o incentivo do Programa MCMV. A demanda para a aquisição de residências foi verificada em inscrição feita pela Prefeitura Municipal no ano de 2009.

As interferências como promotor imobiliário do Estado, a ação de investimentos na implantação de novos loteamentos habitacionais, com base no déficit habitacional da cidade, é um dos instrumentos de que pode dispor com ação potencial de regulador de mercado na tentativa de minimizar os conflitos de classe. Esta proposta está na possibilidade do Estado disponibilizar as suas reservas de terras a custos reduzidos ou subsidiados para projetos de interesse social englobando os que estão à margem do mercado; além de ter instrumentos para negociação de novas áreas com outros agentes sociais, regulando os preços do mercado.

O local escolhido para a implantação de habitações residenciais de interesse social é uma área *não ocupada*, em uma região que à leste apresentam quadras com baixa ocupação, à norte e sul glebas totalmente ocupadas; à oeste encontra-se fora do perímetro urbano, configurando área rural. A escolha das áreas pouco ou não adensadas desvela a preocupação de minimizar a interferência como regulador de mercado, onerando ao próprio município a adequação de infraestrutura e de serviços local.

As áreas apresentam algumas diferenças. O Loteamento Parque dos Ipês é um loteamento novo, onde antes era área rural, que foi concebido pelo poder público municipal para abrigar 329 (trezentos e vinte e nove) famílias. O loteamento Esmeralda, já existente, mas pouco adensado, uma de suas quadras de propriedade do município se destina ao fim habitacional de 37 (trinta e sete) famílias desde o ano de 2006, mas que só agora no Programa MCMV, do Governo Federal, obteve a implantação destas construções, suprimindo a demanda verificada em 2009.

Em ressalva, a ação de novos lotea-

mentos visando a habitação de interesse social, quando regulares, é uma ação de função do agente modelador do Estado. Contudo, pode-se destacar “acima de tudo a identidade espacial, produto de uma apropriação simbólica do espaço, tratado então não só como território mas também como lugar” (HAESBAERT, sd, p. 36). Neste sentido, apesar da conformação inicial do espaço pelo Estado, a aplicação de suas intencionalidades na identidade local e afirmações de poder, este território inicial é ressignificado, apropriado e territorializado simbolicamente por seus ocupantes por meio dos valores de uso que surgem – objeto deste artigo. Os beneficiários, que provém de diversas áreas, tomam posse da possibilidade do seu *desejo*, mesmo que conformado por outrem. E esta mistura, essa hibridização que se forma como *terceiro espaço* questiona os processos de concepção das identidades hegemônicas dos espaços originais, que são construídas dentro de discursos, por isso, mais marcadas da diferença e da exclusão do que pelo signo da unidade (HALL *et al.*, 2000, p. 109).



**Figura 2:** Localização áreas esmeralda e Parque dos Ipês

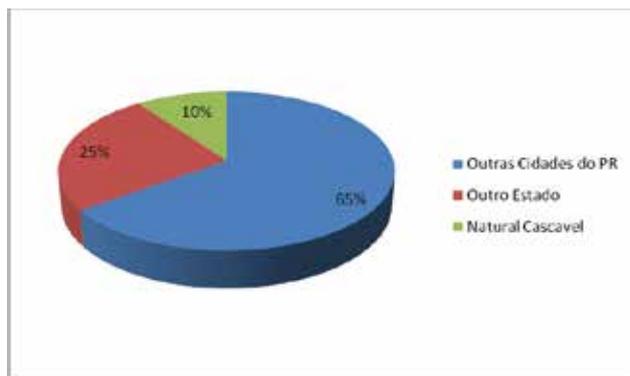
Fonte: Imagem Google Earth, 2012.

A área em amarelo representa a quadra selecionada para as entrevistas dentro do loteamento Parque dos Ipês, a área em verde representa a quadra do Esmeralda. Neste estudo, das 37 famílias do Esmeralda, são entrevistadas 9 (nove), ou seja, 24,3% das mulheres beneficiárias desta área. No Parque dos Ipês é delimitada uma quadra e mais uma linha de casas, na porção mais ao sul do loteamento Esmeralda, totalizando 30 residências, onde foram entrevistadas 11 (onze) beneficiárias, cerca de

36,6% das beneficiárias da área delimitada. A preferência da entrevista foi para as mulheres beneficiárias, tendo em vista que o Programa MCMV através da Lei Federal 11.977/2009, em seu artigo 3º, dá como requisito de prioridade para indicação de beneficiários “famílias com mulher responsável pela unidade familiar”, além de outros como: as famílias com pessoas com deficiência, às residentes em áreas de risco ou insalubridade (BRASIL, 2011, p. 2). Requisito de preferência à mulheres reafirmado pela Lei Federal nº 12.693/2012, mesmo em caso de dissolução de união estável (Artigo 35-A) a residência permanecerá com a mulher.

Além dos quesitos de enquadramento do Programa Federal MCMV há também os critérios locais que delimitam a população de atendimento por deliberações do Conselho Municipal de Habitação - hoje Concidades, da cidade de Cascavel, Paraná - proferidas em 2010, ano de chamamento da população para o processo de pré-seleção. Neste recorte delimita-se a faixa de renda familiar de zero até três salários mínimos, sem limitação de dependentes; não ter sido beneficiário de outros programas habitacionais; ter optado por residir em um dos bairros da região onde se localiza o empreendimento; famílias com grau de vulnerabilidade social como com idosos e deficientes e preferencial atendimento às mulheres *chefes de família* com filhos. A todos estes critérios são atribuídas pontuações através das quais são selecionados os beneficiários (PREF. MUNICIPAL DE CASCAVEL, 2011).

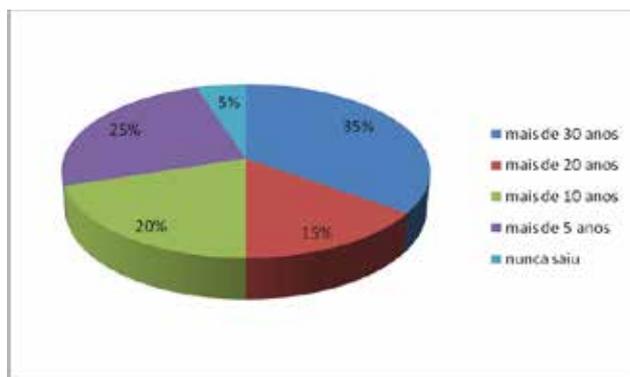
Na aplicação do questionário sobre a população escolhida e que agora habita o Parque dos Ipês e Esmeralda, a questão que verifica a origem desses beneficiários pautou-se na resposta sobre a cidade de nascimento destes que, depois de tabuladas de forma mais global, origina a descrição entre: cidades do Estado do Paraná, cidades de outros Estados ou de naturalidade na cidade de Cascavel.



**Gráfico 1:** Naturalidade  
Fonte: A autora, 2012.

No gráfico 1 nota-se que os beneficiários naturais da cidade de Cascavel representam somente 10% do total dos entrevistados. A maioria destes são naturais de cidades do Estado do Paraná, representando 65% dos entrevistados. Outros 25% representam aqueles que são naturais de outros Estados do País.

Para quem vive na cidade a percepção que se tem é de que Cascavel apresenta um fluxo de passagem de pessoas, pois as pessoas sempre estão vindo de algum lugar ou estão esperando ou tentando uma proposta melhor para outro. Estas percepções são demonstradas no gráfico 2 que aponta o tempo de moradia dos beneficiários na cidade de Cascavel.



**Gráfico 2:** Tempo de moradia em Cascavel  
Fonte: A autora, 2012.

O gráfico mostra que percentualmente, somente 5% dos entrevistados sempre morou em Cascavel, 25% está na cidade há mais de 5 anos, mesmo pelo corte de seleção da população beneficiária feita pela Prefeitura Municipal é exigida a comprovação de residência mínima de quatro anos na cidade de Cascavel. Os com mais de 10 anos de moradia representam 20% dos beneficiários, 15% os com mais de 20 anos

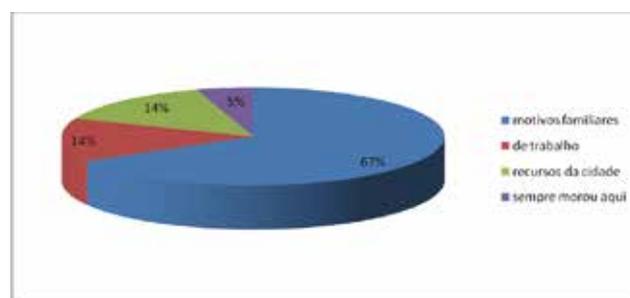
e, a maior parcela representada por 35% dos com mais de 30 anos na cidade.

Em análise, os gráficos 1 e 2 indicam que somente 10% da população de beneficiários entrevistada é Natural de Cascavel e que somente 5% sempre viveu em Cascavel, o que configura que o restante dos percentuais representam uma grande demanda reprimida por habitação que não necessariamente tem origem na cidade, mas tem Cascavel como ponto de atração. Esta definição frente aos beneficiários pode ser um indicativo de fragilidade quanto a permanência destes nas áreas quando o valor de troca se tornar mais fluido.

Como 90% dos entrevistados não é natural de Cascavel (65% outras cidades do Paraná e 25% de outros Estados) é feito o questionamento sobre os motivos familiares ou individuais para ter vindo morar nesta cidade, tentando-se identificar valores de troca e uso.

Sobre este aspecto vale ressaltar que Cascavel é uma cidade jovem, com 60 anos de idade desde a sua instalação em 14 de dezembro de 1952, com aproximadamente 300 mil habitantes. Está em uma região que se forma a partir do entroncamento de duas rodovias federais: 277 e 369. É um polo produtor rural de soja, milho e trigo; exportador de galináceos e suínos. Também é um polo educacional com seis universidades implantadas. Apresenta taxa de crescimento de 1,55%; percentual de pobreza de 17,03%, conforme dados do IBGE de 2010, apresentados pela Prefeitura Municipal (2012).

O gráfico 3 demonstra a tabulação dos relatos, proferidos de forma aberta, dos motivos dados para a iniciativa da migração para a cidade de Cascavel.



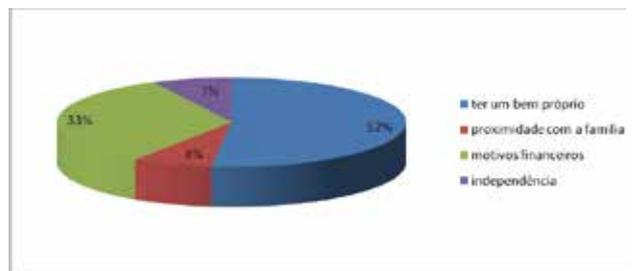
**Gráfico 3:** Motivos para ter vindo morar em Cascavel  
Fonte: A autora, 2012.

Dentre os motivos apresentados pelos entrevistados, 67% declararam motivos familiares como para acompanhar pais ou esposo, ou

ainda ficar próximo da família ou mesmo para vir morar com outros parentes da família, demonstrando falta de autonomia quando não proferem uma vontade própria nos discursos e sim uma relação de dependência. Outros motivos apresentados são: 14% envolvem propostas de trabalho; 14% por acreditar que Cascavel tem mais recursos que a cidade de origem, citando aspectos de consumo coletivo: saúde e educação; e 5% representam os que sempre moraram na cidade.

Ainda na investigação da fragilidade na permanência das pessoas nas residências, quanto ao local de moradia anterior no Esmeralda e Parque dos Ipês é importante destacar suas peculiaridades. No Loteamento Esmeralda, já existente, o empreendimento habitacional é implantado em uma quadra de propriedade do Município. O loteamento Parque dos Ipês, um loteamento novo, é criado justamente para abrigar esta demanda por novas habitações constatada em 2009, ou seja, não apresenta pessoas com moradia anterior neste local. Contudo, um dos critérios de seleção aos beneficiários dá prioridade aos inscritos, moradores da região adjacente ao empreendimento. Mesmo porque é interessante ao Estado incentivar a permanência dos mesmos moradores na região, pois evita novos investimentos ou sobrecarga em equipamentos públicos de consumo coletivo como transporte e educação.

Os motivos alegados para terem se inscrito no programa MCMV, relatados conforme questionamento aberto, estão referendados nos motivos do gráfico 4:



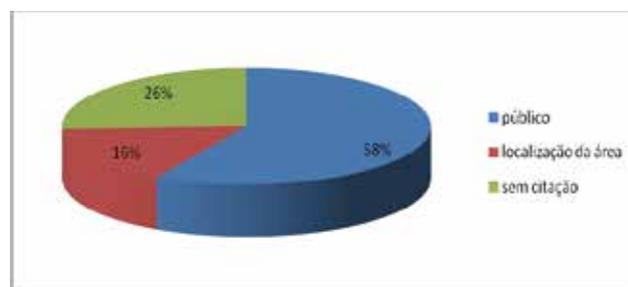
**Gráfico 4:** Motivos de inscrição no MCMV  
Fonte: A autora, 2012

Entre os entrevistados, 52% declaram ter se inscrito no programa MCMV para ter a propriedade de um imóvel, 33% declaram motivos financeiros como deixar os ônus do aluguel e as preocupações com despejo e mudanças, poder ter outros gastos além do aluguel, além de não

poder fazer financiamentos outros para adquirir algum imóvel; 8% para poder ficar próximo da família, por conta do bairro onde se situa o empreendimento e 7% pelo motivo de afirmar sua independência em relação a parentes e amigos.

Nota-se aqui que apesar de no gráfico 3 os motivos por ter vindo para Cascavel citados são os de caráter familiar (67%) o mesmo não se mantém para os motivos de inscrição para a obtenção da casa própria, demonstrando somente 8% declarando motivos familiares e as demais resposta mantendo um sentido de independência: financeira, de outrem e de propriedade, mais referendados no valor de troca. Os dados vem a apontar uma situação de migração relacionada à dependência direta da família e a obtenção da casa própria no desejo de emancipação do beneficiário.

Quanto aos empecilhos ou dificuldades sentidas com a mudança de lugar de residência, é importante salientar que as respostas são abertas e que cada um dos entrevistados pode citar mais de uma dificuldade. Em análise, ao se agrupar as respostas e classifica-las em grupos de semelhança conforme o direcionamento dos problemas vivenciados obteve-se o Gráfico 5, que integra as respostas obtidas nos loteamentos objeto:



**Gráfico 5:** Citações de dificuldades de mudança  
Fonte: A autora, 2012

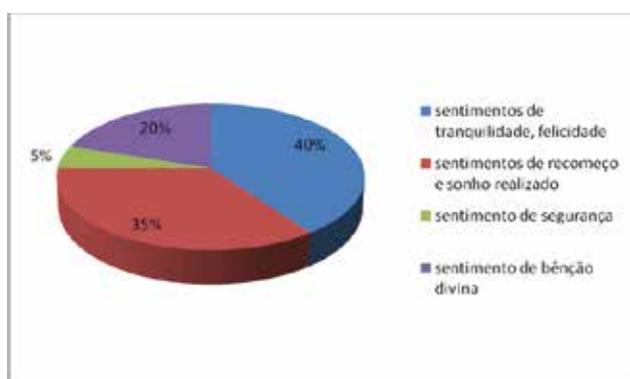
Dentre as citações dos beneficiários, 58% destas são questões de competência de gestão pública como as sobre equipamentos/serviços e as de segurança; 16% sobre a distância da área em relação a outros referenciais cotidianos, apesar do intuito de redução deste percentual do programa devido à escolha de pessoas que moradia anterior próxima a estas áreas, e 26% dos que não citaram tais dificuldades ou por não constatarem essa preocupação ou por não saber descrevê-las.

Sobre os dados referenciados nos discursos apresentados demonstra-se as dificul-

dades referentes ao consumo coletivo de serviços e infraestrutura (58%) do Gráfico 5 muito mais destacados do que a inexistência da efetiva reclamação do local onde foi implantado o loteamento, com a tímida reclamação de 16% relacionado às distâncias de locomoção a outros pontos referenciais. Pode-se afirmar que o Estado é mais cobrado pela gestão de serviços e infraestrutura nos espaços do que pelo real controle destes com quesitos de regulação, fiscalização do uso do solo ou em questões de segurança.

As duas áreas do Parque dos Ipês e Esmeralda vêm sofrendo alguns problemas desde a conclusão de suas construções e mesmo após a entrega das residências, ao final de 2011, como: o adiantamento da entrada e sorteio das casas de forma rápida para que se evitasse a efetivação da promessa de invasão de um movimento sem teto; problemas de destelhamento e infiltração em grandes chuvas no ano de 2011; ocorrência de tráfico de drogas, arruaças e até mesmo assassinatos.

Apesar das citações referentes às dificuldades sentidas na mudança de local, quando solicitado uma análise qualitativa sobre o lugar onde moram atualmente as respostas demonstram que 65% dos entrevistados julgam ótimo o lugar onde moram e 35% julgam como bom; não havendo citações para ruim ou regular. Ou seja, apesar dos destaques das questões de uso a concepção do território simbólico sobrepuja as realidades vivenciadas. Os discursos são conformados no Gráfico 6, quando em uma palavra foi solicitado a definição de significado da atual residência.

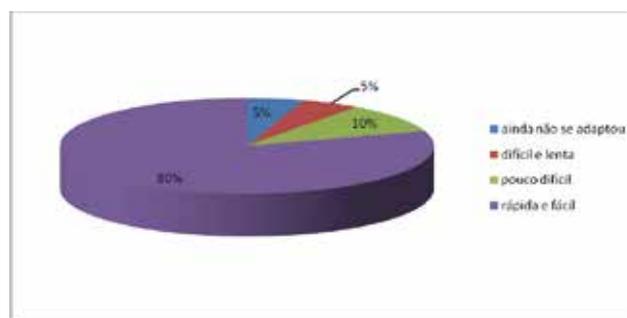


**Gráfico 6:** Definição de significado em uma palavra  
Fonte: A autora, 2012.

Neste gráfico visualiza-se que 40% das respostas obtidas indicam sentimento de tran-

quilidade e felicidade; 35% sentimentos de recomeço e sonho realizado; 20% sentimentos de bênção divina e 5% sentimento de segurança material. Os discursos em nenhum momento estão apoiados em termos de conquista, somente os 5% comentando a segurança material de um bem próprio (valor de troca). As citações pendem para definições nos sentimentos de bênção, sonho e felicidade (simbólico). Não há indicativos de disputa pela identidade do território nos discursos. A conformação da identidade é silenciosa, aparece nas ampliações irregulares das edificações, na troca das cores das casas, nos jardins diferenciados. Cada um conforme suas possibilidades financeiras e prioridades de investimento.

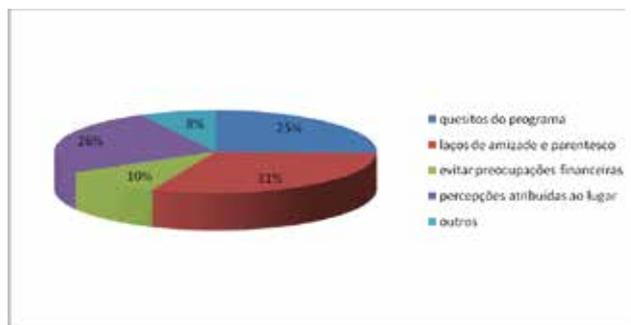
Em análise, confirma-se o controle do território pelo poder público, inclusive por meio da identificação da concepção simbólica de que o espaço não foi conquistado e sim fornecido ou dado pelo poder público. Mesmo porque o município continua sendo o provedor nos encaminhamentos quanto aos destelhamentos, movimentação de terra, etc. Considera-se que tais afirmações identificadas nos questionários, reforçam que as situações anteriormente vividas são sentidas como opressoras, e qualquer vivência agora tem melhor aspecto que a anterior. Ou então, o receio de transparecer uma certa ingratidão ao não considerar este um bom lugar, apesar das adversidades, pouco consideradas nas apresentações dos gráficos 5 e 6. As questões de considerações de adaptação ao novo local de moradia estão dispostos no Gráfico 7.



**Gráfico 7:** Consideração sobre Adaptação  
Fonte: A autora, 2012.

Entre as considerações sobre a adaptação ao lugar, 80% comunica como rápida e fácil; 10% como pouco dificultosa na adaptação; 5% que como difícil e lenta e 5% que ainda não se adaptou. Em análise, somente 10% relatam sentir realmente as dificuldades de adaptação após

os sete meses que se passaram da entrega das casas. Pode-se considerar que 90% já estão em processo de hibridização, de acomodação ao lugar, formando sua própria territorialização, sendo as maiores razões descritas para tanto a relação com a vizinhança imediata, justificados no Gráfico 8, para permanecer no local.



**Gráfico 8:** Motivos de permanecer no lugar  
Fonte: A autora, 2012.

Entre os entrevistados, 31% comentam que seu maior motivo de permanência são os laços de amizade, apoio e ajuda dos vizinhos e parentes (valor de uso); 25% comentam que permanece no local para manter a moradia, já que, pelo programa, se for detectado que quem está morando na residência não é o beneficiário, seja por qualquer motivo, este perde a casa (valor de troca); 26% ressaltam as percepções atribuídas ao lugar como a tranquilidade e o sossego e o gosto pelo lugar (valor de uso); 10% fazem referência a evitar às antigas preocupações financeiras com o aluguel (valor de troca); 8% citam outros motivos como não ter outro lugar onde ir ou não soube responder (valor de troca).

Nota-se nos discursos, o valor de uso (subjetivos), que somam 57%, sobrepuja o valor de troca de 43%, mesmo porque, neste momento, o valor de troca não se encontra muito fluído pelos próprios impedimentos do programa MCMV que dá benefícios (subsídios) aos que permanecerem nestas condições por pelo menos 10 anos, tempo de quitação do imóvel. Ou ainda, o de não poder obter novos benefícios em outro local em caso de venda devido a um cadastro nacional de beneficiários.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de produção do espaço urbano e a territorialização destacada neste artigo foi formulado a partir de pressupostos teóricos e pesquisa junto às mulheres beneficiárias

do programa habitacional de incentivo Federal MCMC, moradoras nos loteamentos Esmeralda e Parque dos Ipês, os quais encontram-se em uma mesma região na cidade de Cascavel-PR. A delimitação desta pesquisa se dá frente ao gênero feminino devido a indicação preferencial do programa.

A análise inicial se procede em relação a classificação deste grupo de beneficiários conforme sua força como agente modelador do espaço provindos de suas reivindicações habitacionais. Identifica-se que o programa habitacional de interesse social do qual fazem parte, por ser um programa Federal com parceria Municipal, decorrente de uma ação intencional do poder público, atendendo as concepções dos governantes, é repleta de ideologias, marcadas principalmente pela localização, entorno e insuficiência dos serviços públicos e infraestrutura da área escolhida. Por isto, no momento de concepção e implantação do loteamento o grupo beneficiado não age como modelador espacial.

O status de proprietário pode trazer a motivação para as reivindicações de melhorias e adequações da região, pontuadas em pesquisa, ainda se somada a pouca fluidez, intencional do programa, sobre o valor de troca. Contudo, a falta de consciência do status de proprietário faz com que a força reivindicatória apareça timidamente nos discursos proferidos. Neste momento, o território continua sendo controlado pelo poder público, mantendo a identidade político-administrativa.

Nos discursos o valor de uso é o mais exaltado, principalmente pelo motivo da ajuda mútua entre a vizinhança que vem a reforçar os motivos subjetivos para a permanência destas beneficiárias no local. Apesar das adversidades, estas mulheres ainda apresentam um grande índice de aprovação do programa, considerando o medo de voltar à condição anterior, possivelmente de condições muito mais precárias, que as faz ter força para sobrepujar as dificuldades que agora se apresentam e a continuar acreditando que o sonho é possível. Anuncia-se o princípio da hibridização e a formação da territorialização.

Como contribuição para os futuros empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida, pode-se sugerir o reforço intencional aos beneficiários sobre o valor de troca destas propriedades para fortalecer os motivos de permanência e ativismo social dos mesmos neste empreen-

dimento, já que sem este conceito ficam a mercê de propostas de venda abaixo do mercado e de forma ilegal que, se efetuadas, inviabilizarão qualquer outra possibilidade de beneficiamento futuro.

Como considerações para trabalhos futuros, após a fluidificação do valor de troca sobre a propriedade, efetuar uma verificação se os beneficiários permanecem na área e se os motivos ainda são os mesmos.

## REFERÊNCIAS

BORDO, A. A. et al. **As diferentes abordagens do conceito de território**. Disponível em: <<http://www.fesfsus.net.br/guidotrabalhador/As%20Diferentes%20Abordagens%20do%20Conceito%20de%20Territ%C3%B3rio.PDF>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm)>. Acesso em: 03 dez. 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2005. Série Princípios. 3ª ed.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

HAESBAERT, R. Território e identidade: raízes do gauchismo e da nordestinidade. In: HAESBAERT, R. **Territorialização e identidade**. Rio de Janeiro: [s.n.]: 1997.

IPHAN. **Carta de Atenas**. CIAM, 1933. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

LARCHER, José Valter Monteiro. **Diretrizes visando a melhoria de projetos e soluções construtivas na expansão de habitações de interesse social**. Curitiba, 2005. Disponível em: <<http://www.prppg.ufpr.br/ppgcc/sites/www.Prppg.ufpr.br/ppgcc/files/dissertacoes/d0068.pdf>>. Acesso: 12 ago. 2012.

LEFEVRE, Henry. **O direito à cidade**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

PINHEIRO, Otilie Macedo. **Plano diretor e gestão urbana**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010.

CASCADEL. Prefeitura Municipal de Cascavel. **Informações programa minha casa minha vida**. Disponível em: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/minha-casa-minha-vida.php>>. Acesso em 12 ago. 2012.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 2007. (Coleção Cidade Aberta)

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010. (Coleção Primeiros Passos; 203).

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 73-131.

UNIÃO POR MORADIA POPULAR. **Entrevista Raquel Rolnik**. 2008. Disponível em: <[http://www.unmp.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=147:entrevista-raquel-rolnik&catid=36:noticias&Itemid=61](http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=147:entrevista-raquel-rolnik&catid=36:noticias&Itemid=61)>. Acesso em: 20 set. 2011.

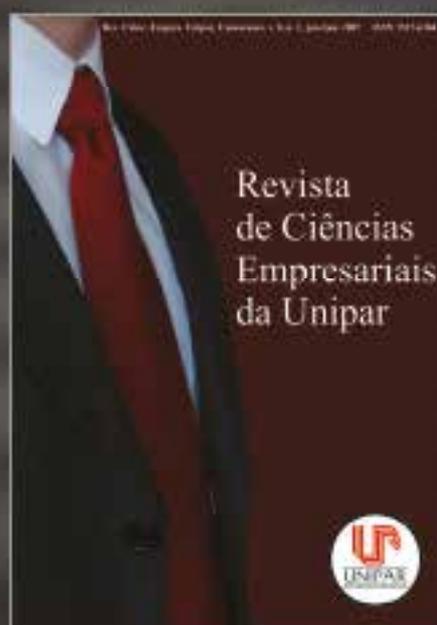
## LA TERRITORIALIZACIÓN EN ESMERALDA Y PARQUE DE LOS LAPACHOS

**RESUMEN:** Este artículo ha tenido como objeto de estudio las relaciones entre sociedad y espacio en áreas de asentamientos resultantes del incentivo Federal del Programa “*Minha Casa, Minha Vida – MCMV*” en la ciudad de Cascavel, Paraná. El análisis se realiza con el fin de identificar la disputa por la identidad territorial de sus usuarios, a pesar de las situaciones de dificultad en la infraestructura encontradas por moradores recién instalados y de los esfuerzos de reducción de seleccionados que el programa establece. En un primer momento, se abordan los conceptos teóricos que estructuran el argumento del artículo sobre los agentes formadores del espacio. En el segundo, se presenta los datos relativos a los asentamientos estudiados y encuesta junto a los beneficiarios instalados allí. Los resultados apuntan para una redefinición aunque en conformación sobre el espacio urbanizado - la territorialización.

**PALABRAS CLAVE:** Territorio; Frontera; Migración; Espacio urbanizado; Gestión.

# Arquivos de Ciências Empresariais da Unipar

ISSN 1517-6304



- Publica trabalhos referentes às áreas de Ciências Contábeis, Administração e Economia.
- Periodicidade: Semestral
- e-mail: [rcompresariais@unipar.br](mailto:rcompresariais@unipar.br)  
<http://revistas.unipar.br/empresarial>

O CONHECIMENTO NÃO É NADA SE NÃO FOR COMPARTILHADO

